

CONCURSO PÚBLICO


ancine

Agência Nacional
do Cinema



DATA: 11/01/2009 - DOMINGO - MANHÃ

**CARGO: Especialista em Regulação da
Atividade Cinematográfica e Audiovisual**

OPÇÃO: E54

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 80 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e 03 questões discursivas.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e nas **Folhas de Respostas da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 5 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e das **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e das **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e as **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e as **Folhas de Respostas da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.concursos.uff.br, no dia 13/01/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



BOA PROVA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

A BOLSA-GARGALHADA

1 Comentário cômico ao atual momento da vida nacional, tributo ao clássico modelo de nossa política, microcosmo de brasilidade emergente contemporânea, “Toma lá, dá cá” é o sucesso do momento na TV. Criado por Miguel Falabella, dirigido por Roberto Talma e com um sensacional elenco de comediantes, semanalmente nos oferecem uma generosa sessão de gargalhadas que aliviam, acalmam e até rejuvenescem, ainda mais no Brasil, onde a vida é tão dura e sofrida. Já dizia, sem demagogia, o goleador Dadá Maravilha: “Se o Dadá não pode dar comida ao povo, dá alegria”.

2 Por isso, sou imensamente grato aos artistas que me fazem rir, que se oferecem ao ridículo, ao constrangedor e ao grotesco, só para nos divertir, rindo deles - e de nós mesmos. É minha bolsa-gargalhada.

3 Além do talento e entrega do elenco, o melhor do “Toma lá, dá cá” é que ali ninguém vale nada, cada um é pior do que o outro, dependendo das circunstâncias e dos pontos de vista, mas ninguém escapa. No início, a esposa correta e graciosa vivida por Adriana Esteves era o único bastião de honestidade e sanidade, como contraponto hilariante à cafajestice geral. Agora, até ela se entregou ao vale-tudo do Condomínio Jambalaia, engrossando uma galeria de personagens inescrupulosos, promíscuos, neuróticos e impagáveis, capazes das piores torpezas, vilanias e humilhações em busca... das nossas gargalhadas.

4 Escrachando valores familiares, sexuais, políticos e sociais, a comédia de Miguel Falabella e Maria Carmen Barbosa dispensa sutilezas e metáforas. Nada de braçada contra a corrente politicamente correta e usa a linguagem esculhambada de chanchada e do desenho animado adulto para criticar nossas fraquezas e hipocrisias - e nos libertar pelo riso. Diante das fragilidades e precariedades da condição humana, não é pouca coisa.

5 Por tudo isso, esses artistas populares merecem mais respeito e reconhecimento por serviços prestados ao público do que a maior parte das produções que nos vendem como artísticas e culturais, que ambicionam nos emocionar e nos fazer pensar, mas não conseguem sequer... prefiro não comentar.

(MOTTA, Nelson. O GLOBO, 05/11/08, Seção OPINIÃO, 1º Caderno, p. 7.)

1. Segundo o autor, a honestidade de determinada personagem representa um “CONTRAPONTO hilariante” (3º parágrafo) porque:

- A) configura estratégia contrastiva, que ressalta as atitudes e os padrões não-éticos dos outros personagens;
- B) representa artifício narrativo, para demonstrar que ainda existem personagens que pautam seu comportamento por ética;
- C) instaura a possibilidade, mesmo que remota, de um dos personagens ter seu caráter alterado depois de iniciada a narrativa;
- D) demonstra a capacidade interpretativa da atriz, em sua ambivalência “ética X não-ética”;
- E) aponta para a capacidade de coerção do mecanismo social na influência, e posterior alteração, do caráter dos personagens.

2. Embora o texto seja uma crônica, contém teor claramente argumentativo, pois defende a TESE de que o programa “Toma lá, dá cá” possui relevância social, uma vez que:

- A) países de vida dura e sofrida não percebem a mensagem veiculada por produções estrangeiras;
- B) programas humorísticos deveriam ter veiculação mais diversificada a fim de atingir um público maior;
- C) destaca a falta de honestidade de todos na dependência das circunstâncias e dos pontos de vista;
- D) esquetes encenados levam à revitalização de correntes politicamente corretas;
- E) reproduz as fraquezas e hipocrisias do ser humano em seu cotidiano para que ele delas se liberte.

3. O enunciado “Se o Dadá não pode dar comida ao povo, dá alegria” (1º parágrafo) foi utilizado no texto com a finalidade de estabelecer, com o programa em pauta, uma:

- A) generalização;
- B) analogia;
- C) simplificação;
- D) dedução;
- E) digressão.

4. Ao afirmar que o programa revela o “microcosmo de BRASILIDADE emergente contemporânea” (1º parágrafo), o cronista apresenta, em relação ao termo em destaque, tomando-se por base as opiniões emitidas na crônica, posição:

- A) desfavorável, porque ideais ufanistas só levam à alienação e à falta de autocritica edificante;
- B) favorável, desde que manifestações de comicidade sejam controladas pelos veículos midiáticos;
- C) desfavorável, pois o caráter dos brasileiros se sujeita a variações de pontos de vista e a circunstâncias;
- D) favorável, desde que os diálogos representativos dos ideais nacionais sejam transmitidos pelos veículos midiáticos;
- E) favorável, se os conceitos veiculados entre os brasileiros não estiverem contaminados pelos setores competentes.

5. Observando-se os significados contextuais dos dois vocábulos em destaque nos trechos “era o único bastião de honestidade e SANIDADE” (3º parágrafo) e “engrossando uma galeria de personagens inescrupulosos, promíscuos, neuróticos e IMPAGÁVEIS” (3º parágrafo), pode-se afirmar que é possível substituí-los, sem alteração semântica, respectivamente, pelos vocábulos:

- A) equilíbrio / risíveis;
- B) robustez / insolúveis;
- C) saúde / inestimáveis;
- D) higiene / hilariantes;
- E) bem-estar / valiosos.

6. Em relação ao 2º parágrafo “Por isso, sou imensamente grato aos artistas que me fazem rir, que se oferecem ao ridículo, ao constrangedor, ao grotesco, só para nos divertir, rindo deles - e de nós mesmos. É minha bolsa-gargalhada”, é correto afirmar que:

- A) o uso de “só para nos divertir” revela que o cronista restringe os expectadores que apreciam o programa
- B) as expressões “rindo deles” e “(rindo) de nós mesmos” revela a cumplicidade entre o texto e as pessoas que assistem ao programa;
- C) o período “é minha bolsa-gargalhada” apresenta uma falácia argumentativa, pela generalização excessiva do termo “bolsa”;
- D) os termos “ridículo”, “constrangedor” e “grotesco” estão em gradação de sentido;
- E) o substantivo “bolsa-gargalhada” resulta de nova criação lingüística, a ser incorporada nos diálogos dos personagens.

7. Ao afirmar que os personagens são “inescrupulosos, promíscuos, neuróticos e impagáveis, capazes das piores torpezas, vilanias e humilhações, em busca ... das nossas gargalhadas” (3º parágrafo), as reticências estabelecem uma suspensão temporária do pensamento e instalam clima de suspense momentâneo, já que, logo a seguir, ele é elucidado com uma expressão que funciona, em relação ao enunciado anterior, como:

- A) apelo: as atitudes pessoais, mais otimistas, favorecem o riso libertador;
- B) ironia: o humor, embora tragicômico, acompanha comédias moralistas e éticas;
- C) interlocução: o diálogo do cronista, de caráter pessoal, agradece aos artistas por sua contribuição;
- D) anticlímax: as ações, de cunho grandiloqüente, desembocam em atos triviais;
- E) interação: o entrecruzar entre opiniões e fatos, com tom decisivo, vem a favorecer o riso.

8. Das relações abaixo, todas com vocábulos derivados por sufixo, aquela em que há, entre os sufixos dos quatro vocábulos, correspondência gramatical e semântica é:

- A) nacional / classicismo / brasilidade / emergente;
- B) cafajestice / torpeza / gratidão / fragilidade;
- C) precariedade / escrupuloso / fraqueza / melhoria;
- D) sensacionalismo / generosidade / intrujice / rejuvenescimento;
- E) dureza / generalização / vilania / constrangedor.

9. De acordo com as normas da língua culta, para o correto preenchimento das lacunas do enunciado “Atores de comédias, no teatro, também aspiram ____ despertar o riso na platéia ____ muito tempo. Podem até obedecer ____ políticas ideologicamente corretas, mas, passo ____ passo, transmitem ____ que querem ____ que ficam ____ de alguns metros do palco”, têm de ser usadas, respectivamente, as formas:

- A) a / há / as / à / aquilo / àqueles / há cerca de;
- B) a / a / às / à / àquilo / aqueles / acerca de;
- C) a / há / às / a / aquilo / àqueles / a cerca de;
- D) à / há / as / a / àquilo / àqueles / a cerca de;
- E) a / à / às / a / aquilo / aqueles / acerca de.

10. Os valores textual-discursivos dos termos em destaque nos trechos “a esposinha correta e graciosa vivida POR Adriana Esteves” (3º parágrafo), “e nos libertar PELO riso” (4º parágrafo) e “merecem mais respeito e reconhecimento POR serviços prestados ao público” (5º parágrafo) são, respectivamente:

- A) agente / meio / modo;
- B) paciente / modo / modo;
- C) agente / modo / causa;
- D) paciente / finalidade / causa;
- E) agente / meio / causa.

D2 - LÍNGUA INGLESA

New development in composer controversy

By IGN MOVIES

As was reported back in November, the Academy of Picture Arts and Sciences decided that **The Dark Knight** composers **Hans Zimmer** and **James Newton Howard** were not eligible for an Oscar because too many other people were also listed as composers on the film's score. Now, it appears they've reversed their decision.

Besides Zimmer and Newton, three others are officially on the credits as "composers" -- music editor Alex Gibson, ambient music designer Mel Wesson and composer Lorne Balfe. For a score to be considered by the academy, over 70-percent has to be attributable to the principle composers. All involved reportedly signed a document saying this was the case, but the Academy initially remained unconvinced.

But according to **Variety**, Zimmer and Newton Howard are back in the Oscar race as the Music Branch Executive Committee has changed their mind. After reviewing all of the information submitted by the parties involved, the committee reportedly found that Zimmer and Howard were indeed responsible for the score.

Nomination ballots, *Variety* says, have not been distributed yet, but when they are *The Dark Knight* will be an option for Academy members.

11. The main problem that the text above brings is that ...

- A) the Academy believed that there were too many too many people enlisted as composer;
- B) the Academy did not know who had composed more than 70-percent of the film's score;
- C) for the Academy to consider the score, it has to be made entirely by the principal composers;
- D) the Academy did not want to recognize the principal of the film's score;
- E) the Academy believes that a film's score must be attributed to one person only.

12. According to the text the *Dark Knight's* score ...

- A) should not be a choice for Academy members;
- B) has not been an option for Academy members;
- C) will have a chance with Academy members;
- D) is going to be the choice for Academy members;
- E) is not important for Academy members.

13. The work _____ this script _____ made _____ 2003 but it needs brushing _____.

- A) on / was / in / in;
- B) at / had been / on / up;
- C) in / has been / in / down;
- D) at / was / in / up;
- E) on / was / in / up.

14. The director disliked everyone _____ he showed himself sort of friendly, _____.

- A) in spite of / comprehensive;
- B) in addition / candid;
- C) besides / honest;
- D) although / communicative;
- E) unless / exquisite.

15. The theater seats _____ so _____ that my children _____ want to go back there.

- A) are / uncomfortable / doesn't;
- B) is / uncomfortable / don't
- C) were / uncomfortable / don't
- D) was / uncomfortable / doesn't;
- E) were / uncomfortable / don't.

D3 - CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

16. O local no microcomputador onde ficam armazenados e disponíveis os programas e dados, para serem utilizados pelo microprocessador, é conhecido como:

- A) disco rígido;
- B) memória principal;
- C) pendrive;
- D) unidade de CD-ROM;
- E) diretórios.

17. O "plug and play" é a especificação de uma arquitetura de *hardware* e *software* que permite a realização de uma determinada funcionalidade. Essa funcionalidade é conhecida como:

- A) identificação e configuração automáticas de dispositivos;
- B) disponibilização de som e imagem nas interfaces textuais;
- C) utilização de multimídia no microcomputador;
- D) facilidade de manutenção em relação ao código-fonte;
- E) utilização de programas executáveis complexos.

18. No Windows 95/98 existe um lugar onde toda a informação a respeito do sistema está disponível. Esse lugar é conhecido como:

- A) barra de ferramentas;
- B) opção de acessibilidade;
- C) barra de tarefas;
- D) configurações regionais;
- E) painel de controle.

19. No processador de texto Word, no tocante à formatação de textos, são opções disponíveis para alterar efeitos em uma fonte:

- A) tachado e justificado;
- B) sólido e sobrescrito;
- C) oculto e transparente;
- D) tachado e oculto;
- E) justificado e transparente.

20. No Excel, a tecla que permite selecionarmos várias células separadas umas das outras (não contíguas), bastando mantê-la pressionada enquanto escolhemos as células com o mouse, é conhecida como:

- A) Esc;
- B) Insert;
- C) Ctrl;
- D) F3;
- E) End.

D4 - RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

21. De acordo com as regras do cálculo proposicional e com as equivalências lógicas, das frases apresentadas abaixo a única que pode ser considerada uma negação de "**Se como comida gordurosa, então passo mal**", é:

- A) Como comida gordurosa e passo mal.
- B) Não como comida gordurosa e não passo mal.
- C) Se não como comida gordurosa, não passo mal.
- D) Como comida gordurosa e não passo mal.
- E) Se não passo mal, então como comida gordurosa.

22. A quantidade mínima de alunos que deve existir numa turma para que se possa garantir que três deles, pelo menos, tenham nascido no mesmo dia da semana, é:

- A) 8
- B) 12
- C) 15
- D) 20
- E) 21

23. Os maridos de Adélia, Bia e Cida são: André, Beto e Carlos, mas não necessariamente nessa ordem. A esposa do Beto, que não é a Adélia, é mais velha que Cida e a esposa de Carlos é a mais velha das três. Os maridos de Adélia, Bia e Cida são, respectivamente:

- A) André, Beto e Carlos;
- B) André, Carlos e Beto;
- C) Carlos, André e Beto;
- D) Carlos, Beto e André;
- E) Beto, André e Carlos.

24. Ivo é cearense ou André é paulista; se Vítor é mineiro, então Ivo é cearense. Ocorre que André não é paulista. Logo:

- A) Ivo não é cearense;
- B) Vítor não é mineiro;
- C) André é paulista;
- D) não se pode ter certeza se Ivo é cearense;
- E) não se pode ter certeza se Vítor é mineiro.

25. Numa turma de 70 alunos, 50 gostam do refrigerante A, 35 gostam do refrigerante B e 30 gostam dos dois refrigerantes. O número de estudantes dessa turma que NÃO gostam desses dois refrigerantes é:

- A) 15
- B) 12
- C) 10
- D) 5
- E) 1

D5 - FUNDAMENTOS DAS ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E AUDIOVISUAIS

26. O significado de CONDECINE e sua principal função são, respectivamente:

- A) Controle de Obras Cinematográficas Nacionais; verificar o número de espectadores de obras cinematográficas brasileiras nas salas de cinema;
- B) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional; cobrar taxa de toda obra que circule nos mercados audiovisuais brasileiros;
- C) Contribuições para o Debate sobre o Cinema Brasileiro; reunir textos básicos organizados pela Agência como parâmetro para a proposta de Leis e Projetos ao Congresso Nacional;
- D) Conselho Superior de Cinema; definir a política nacional de cinema;
- E) Conselho de Entidades de Cinema; reunir representantes das entidades de produtores, distribuidores e exibidores do audiovisual brasileiro.

27. A renovação estética do cinema na década de 1950 veio acompanhada por questões de ordem política: tratava-se de fazer filmes com uma nova linguagem e temática popular. Na fase inicial do chamado cinema brasileiro moderno foi grande a influência do neo-realismo italiano, que, pretendendo abordar os efeitos da guerra e problemas de ordem social, documentou a realidade através do cinema. Pode-se relacionar à fase inicial do cinema moderno brasileiro, os seguintes filmes:

- A) "A Velha a Fiar", de Humberto Mauro e "O Grande Momento", de Roberto Santos;
- B) "Rio, Zona Norte", de Nelson Pereira dos Santos e "Terra em Transe", de Glauber Rocha;
- C) "O Homem do Sputnik", de Carlos Manga e "Rio, 40 Graus", de Nelson Pereira dos Santos;
- D) "O Grande Momento", de Roberto Santos e "Rio, Zona Norte", de Nelson Pereira dos Santos;
- E) "A Velha a Fiar", de Humberto Mauro e "Brasil, Ano 2000", de Walter Lima Jr.

28. Veja abaixo a letra da canção de Caetano Veloso que fez parte da trilha sonora do filme "Dedé Mamata", de Rodolfo Brandão, de 1987 e identifique, nas opções a seguir, a proposição que corresponde ao momento político-social representado poeticamente na canção, assim como no filme:

FALOU AMIZADE

Falou amizade
E por toda cidade ecoa
A letra dos livros voa
Falando amizade
Por toda cidade boá

O sonho já tinha acabado quando eu vim
E cinzas de sonho desabam sobre mim
Mil sonhos já foram sonhados
Quando nós
Perguntamos ao passado
Estamos sós?

Estamos sós?

Mil sonhos serão urdidos na cidade
Na escuridão, no vazio, na amizade
A velha amizade
Esboça um país mais real
Um país mais que divino
Masculino, feminino e plural.

- A) o início da ditadura militar, que matou os sonhos de consolidação de uma arte nacional-popular brasileira;
- B) o governo de José Sarney, eleito em 1986, um duro golpe para quem buscava o sonho das eleições diretas;
- C) o Rio de Janeiro no final dos anos 1950, quando a amizade ainda era um forte componente do ser carioca que, no entanto, sofria constantemente com a falta de luz na cidade;
- D) a redemocratização e a anistia, que colocavam em cheque as certezas políticas do período imediatamente anterior, de luta contra a ditadura;
- E) o período entre a eleição e a posse do Presidente Collor, momento de transição entre o sonho das eleições diretas e a realidade ali instaurada.

29. O verso "A letra dos livros voa", da canção acima, sugere as transformações que os novos tempos iriam trazer para a letra impressa, quando esses textos circulariam através de outros meios, atingindo públicos mais plurais. Em relação às transformações por que tem passado a imagem em movimento na última década, pode-se dizer, por analogia, que o vôo das imagens, nesse caso, representa:

- A) uma crescente popularização e domínio dos meios, devido à entrada em cena das tecnologias digitais;
- B) o aparecimento de uma produção voltada para o público feminino, que até então não correspondia a uma parcela substancial da audiência dos meios audiovisuais;
- C) a disseminação de uma produção mais preocupada com a qualidade, em virtude da queda de audiência e faturamento das TVs abertas;
- D) uma narrativa de imagens próxima à estrutura dos sonhos, como nos videocliques, que então chegavam à televisão brasileira;
- E) uma crescente popularização da produção, mas sem reflexos na migração da audiência entre as diversas plataformas de exibição.

30. No Brasil, a implantação e consolidação da televisão aberta tiveram como marcas alguns desses aspectos:

- I. poucos grupos empresariais com modelo de negócio baseado em grandes anunciantes;
- II. presença discreta de emissoras regionais com produção de conteúdo própria;
- III. forte presença da televisão pública equilibrando o peso das emissoras privadas;
- IV. modelo de produção verticalizada e concentrada em poucos centros;
- V. um grande atraso em relação ao desenvolvimento da televisão no resto do mundo, o que implicou em descompasso em termos tecnológicos.

Estão corretas as opções:

- A) III, IV e V;
- B) I, III e V;
- C) I, II e V;
- D) I, II e IV;
- E) II, III e IV.

31. A afirmação que NÃO corresponde a uma característica do parque exibidor brasileiro neste início do século XXI é a:

- A) conjugação de exibidores tradicionais com circuitos oriundos da experiência dos cineclubes;
- B) diminuição constante do número de salas de cinema de rua;
- C) concentração de salas em *shopping centers*;
- D) presença marcante de complexos de salas conhecidos como *multiplex*;
- E) presença de salas digitais que já rivalizam em número com as salas tradicionais em 35mm.

32. O sistema de estúdios, tal como criado por Hollywood, assim como as redes de televisão aberta e as grandes gravadoras, que mantêm contratos de exclusividade com atores e cantores, são alguns exemplos de uma estrutura de produção cultural que perde sua força ano após ano. Em seu lugar, surge um cenário em que ficou mais fácil para cada indivíduo produzir e fazer circular a sua obra, seja ela um poema, uma canção ou um filme. A opção em que todos os termos estão relacionados a este novo cenário apontado acima é:

- A) *software* livre, modelo de produção fordista, internet;
- B) *Creative Commons*, *software* livre, redes colaborativas;
- C) *You Tube*, internet, *copyright*;
- D) *I-Pod*; licença de utilização de programas, TV Digital;
- E) *Linux*, Mp3, *windows*.

33. O Encontro Nacional de Comunicação, promovido pela Câmara dos Deputados, em 2007, redigiu uma carta aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesta carta, destaca-se o seguinte alerta: "O modelo (de comunicação) vigente é marcado pela concentração e a hipertrofia dos meios em poucos grupos comerciais, cujas outorgas são obtidas e renovadas sem controle da sociedade. O predomínio da mídia comercial marca também a fragilidade dos sistemas público e estatal". Diante do quadro descrito acima, é verdadeira a seguinte afirmativa:

- A) um novo modelo de comunicação é condição para avançar na direção da plena democracia, da inclusão social e da concretização dos direitos humanos;
- B) há uma presença marcante dos atores sociais no processo de renovação das outorgas dos veículos concessionários de comunicação;
- C) é um dado consensual em nossa sociedade a consciência de que não são apenas algumas emissoras, mas que toda comunicação através de rádio e TV é pública;
- D) o controle sobre a comunicação social no Brasil tem levado a que esta atividade se destaque mais como um serviço social prestado à população do que como um comércio;
- E) historicamente, as decisões relativas à comunicação no Brasil têm sido tomadas em harmonia aos legítimos interesses sociais.

34. Os itens abaixo podem ser considerados como as estratégias desenvolvidas pelo Ministério da Cultura que têm por objetivo promover o pluralismo e a diversidade cultural:

- I. o projeto "Revelando os Brasis";
- II. as Leis de Incentivo à Cultura;
- III. os Pontos de Cultura;
- IV. a Secretaria do Audiovisual.

Estão corretas as opções:

- A) III e IV;
- B) I e II;
- C) I e III;
- D) II e IV;
- E) II e III.

35. A Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO, em seu Artigo 6 – Direitos das Partes no âmbito nacional – determina que "No marco de suas políticas e medidas culturais, tais como definidas no artigo 4.6, e levando em consideração as circunstâncias e necessidades que lhe são particulares, cada Parte poderá adotar medidas destinadas a proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território." Essa determinação leva em conta que:

- A) os processos de globalização não se coadunam com a dupla natureza dos bens e serviços culturais, que, por serem portadores de identidades, valores e significados, não devem ser tratados como produtos a serem comercializados;
- B) a cultura ocidental leva ampla vantagem sobre a dos países orientais no ambiente do mundo globalizado devido ao fato de que as tecnologias de comunicação e informação são instrumentos criados por empresas ocidentais que as difundem pelo resto do mundo;
- C) os processos de globalização, facilitados pela rápida evolução das tecnologias de comunicação e informação, apesar de proporcionarem condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um risco de desequilíbrio na circulação dos bens culturais, principalmente entre países ricos e pobres;
- D) não há necessidade de adotar medidas radicais para proteger a diversidade das expressões culturais, incluindo seus conteúdos, já que as novas tecnologias ajudam a preservar as manifestações que possam estar ameaçadas de extinção ou de grave deterioração;
- E) os países em desenvolvimento, por desconhecerem a importância dos valores tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, como, por exemplo, os sistemas de conhecimento das populações indígenas, não se preocupam com os desafios que a globalização possa representar à diversidade cultural.

D6 - FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(GESTÃO PÚBLICA E FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO)

36. O princípio da autotutela reconhece à Administração, em nome do interesse público, a possibilidade de:

- A) revogar, dentro de certos limites, os atos inconvenientes ou inválidos que haja praticado;
- B) expedir regulamento, instrução ou resolução para coartar a liberdade dos administradores em caso de falta grave;
- C) instaurar mecanismos de controle interno e comissões de ética;
- D) oferecer aos litigantes em processo administrativo o direito do contraditório;
- E) requerer foro especial em processos administrativos internos.

37. Uma das classificações dos atos administrativos quanto à tipologia procedimental são os chamados *provimentos ablatórios*, que guardam autoridade, entre outros procedimentos, para:

- A) atribuir vantagens particulares em matérias pertinentes aos Poderes Públicos;
- B) cassar carteira de habilitação para dirigir;
- C) autorizar porte de armas;
- D) permitir a particulares a utilização de bens públicos;
- E) exonerar alguém de dever legal.

38. A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, a introdução de um sistema de mérito para ingresso e promoção no serviço público, a organização de serviços de pessoal e a institucionalização do treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários foram medidas introduzidas:

- A) pela Reforma de 1967;
- B) pela Reforma de 1936;
- C) pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado;
- D) pelo Programa Nacional de Desburocratização;
- E) pela Reforma de 1995.

39. A administração pública, enquanto estrutura governamental e enquanto função, conforme descrito na Constituição Federal, obedece, além de diversos preceitos, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade. Este último princípio refere-se:

- A) ao sigilo que o servidor público deve manter sobre assuntos da administração pública;
- B) à idéia de probidade com que o administrador público deve gerir a coisa pública;
- C) à publicação dos atos públicos no Diário Oficial e divulgação de editais;
- D) à efetividade da segurança com que assuntos públicos devem ser tratados;
- E) à necessidade de assegurar a participação da população na gestão dos negócios públicos.

40. A família, a liberdade de imprensa, a maternidade, os entes federativos, o funcionalismo público são instituições protegidas, diretamente, como realidades sociais objetivas e como tal se inscrevem sob garantias:

- A) individuais;
- B) constitucionais;
- C) institucionais;
- D) jurídico-privadas;
- E) jurídico-públicas.

41. A liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, é protegida por garantia constitucional, e como tal:

- A) estarão protegidas também as informações eventualmente errôneas;
- B) estará protegida a individualidade e intimidade de personalidades públicas;
- C) estará garantido aos jornalistas o direito de devassarem a vida privada de personalidades;
- D) estará garantido aos jornalistas o direito de ter acesso a todas as informações sobre a vida pública e a vida privada de personalidades;
- E) estará garantido apenas aos veículos de comunicação o direito de restrição à informação.

42. A desregulamentação das normas de admissão de servidores públicos, extinguindo o regime jurídico único, foi uma inovação introduzida:

- A) pela reforma burocrática de 1936;
- B) pela Constituição de 1988;
- C) pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado;
- D) pela profissionalização da gestão pública;
- E) pelo Movimento da Nova Gestão Pública.

43. Sobre os princípios gerais da atividade econômica é correto afirmar que:

- A) terão igual tratamento as empresas de pequeno porte constituídas sob leis estrangeiras que tenham sede no Brasil;
- B) será possível a concessão de tratamento diferenciado, conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- C) é garantida a livre manifestação da liberdade de iniciativa, devendo a lei permitir que a livre concorrência estimule a luta pela dominação de mercados;
- D) a questão das desigualdades regionais e sociais é de responsabilidades dos estados;
- E) na aquisição de bens e serviços, não haverá tratamento preferencial, nos termos da lei, a empresa brasileira de capita nacional.

44. A Lei nº 10.871/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, diz que:

- A) é assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do procedimento que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho;
- B) a avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atividades declaradas em currículo;
- C) o desenvolvimento do servidor nos cargos das carreiras referidas obedecerá ao critério da competência;
- D) formulação e avaliação de planos, programas e projetos relativos às atividades de regulação são obrigações comuns a todos os servidores;
- E) a fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulado é função do Ministério Público.

45. Algumas das diferenças entre administração pública gerencial e administração pública burocrática estão em que a primeira:

- A) é voltada para o processo e a segunda é auto-referente;
- B) não adota procedimentos rígidos e a segunda orienta-se para resultados;
- C) combate o nepotismo e a corrupção e a segunda-feira define procedimentos para contratação de pessoal e compra de bens e serviços;
- D) satisfaz as demandas dos cidadãos e a segunda utiliza-se de controles de procedimentos;
- E) satisfaz o processo e a segunda engessa a máquina administrativa.

D7 - FUNDAMENTOS DE ECONOMIA DA REGULAÇÃO

46. A produção audiovisual estrangeira que deseja realizar filmagens e gravações no Brasil deve fazer uma comunicação prévia a ANCINE, a não ser quando essa produção:

- A) seja de caráter jornalístico-noticioso;
- B) contrate uma produtora brasileira com representante local;
- C) abra mão da intermediação de uma empresa brasileira;
- D) tenha por fim a realização de obras voltadas exclusivamente para a televisão;
- E) utilize parte da mão de obra de técnicos brasileiros.

47. Entre as áreas de atuação da ANCINE, podemos destacar:

- I. a formulação das políticas públicas do cinema e do audiovisual no país;
- II. o fomento à produção, distribuição e a exibição de obras cinematográficas voltadas apenas ao mercado das salas de cinema;
- III. o fornecimento dos Certificados de Produto Brasileiro a obras nacionais;
- IV. o estímulo à participação das obras cinematográficas e videofonográficas de produção nacional no mercado externo;
- V. o apoio à capacitação de recursos humanos na indústria cinematográfica.

Estão corretas as opções:

- A) I, II e IV;
- B) II, III e V;
- C) III, IV e V;
- D) I, II e V;
- E) I, III e IV.

48. Além das produtoras audiovisuais, o registro na ANCINE também é obrigatório para empresas:

- A) exibidoras, desde que proprietárias ou locatárias de sala(s) de cinema;
- B) proprietárias de quaisquer salas de exibição, sejam cineclubes, auditórios escolares ou de Associações de Classes;
- C) de locação de equipamentos de luz e maquinaria para filmagens;
- D) organizadoras de mostras e festivais, que são cadastradas como empresa exibidoras;
- E) estrangeiras relacionadas à atividade, mesmo não havendo empresa brasileira que a represente no Brasil.

49. O Fundo Setorial do Audiovisual está vinculado ao Fundo Nacional de Cultura e tem como objetivo financiar programas e projetos voltados para o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira. Entre as características deste novo Fundo, recentemente lançado, NÃO é correto afirmar que o Fundo Setorial do Audiovisual:

- A) tem um aporte inicial da ordem de R\$ 70 milhões;
- B) será formado, em parte, com recursos vindos da taxa cobrada das produtoras para o registro de obras audiovisuais, publicitárias e não-publicitárias;
- C) representa uma nova modalidade de atuação do Estado no cinema porque os editais que estão sendo lançados prevêm investimentos retornáveis;
- D) investirá metade dos recursos iniciais no elo mais desfavorecido da cadeia produtiva do cinema, a exibição;
- E) tem também entre suas fontes de recursos o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL.

50. Diferentemente dos Estados Unidos e da Europa, a televisão e o cinema no Brasil jamais se complementaram enquanto atividades. O desenvolvimento da televisão brasileira pouco contribuiu para o da indústria cinematográfica. Entre as características dessa relação, pode-se afirmar que:

- I. é conhecido o repúdio do público ao filme brasileiro, como pode ser comprovado pelas baixas audiências de programações, tais como as eventuais semanas do Cinema Brasileiro;
- II. não há tradição de aquisição de produções independentes pelas emissoras, portanto, a penetração da televisão não significou uma janela adicional ou fonte de renda significativa para a indústria cinematográfica brasileira;
- III. além de reduzir o público de cinema, a televisão competiu, no mercado de trabalho, por pessoal artístico, técnico e gerencial com o cinema. A consequência foi aumentar os orçamentos de produção e reduzir ainda mais as margens de lucro na atividade cinematográfica;
- IV. a recente produção de filmes de longa-metragem baseados em programas de televisão tem mostrado-se uma alternativa promissora, com resultados de bilheteria inquestionáveis.

Estão corretas as opções:

- A) II e IV;
- B) I e IV;
- C) I e II;
- D) III e IV;
- E) II e III.

D8 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51. Como dizia o poeta, “o tempo não pára...”. O tempo é um fato jurídico natural de enorme importância nas relações jurídicas travadas na sociedade, uma vez que tem grandes repercussões no nascimento, exercício e extinção de direitos. O ordenamento jurídico deve buscar prever, na medida do possível, a disciplina das relações sociais, para que todos saibam – ou tenham a expectativa de saber – como devem se portar para o atendimento das finalidades – negociais ou não – que pretendam atingir. Por isso, não é razoável, para a preservação do sentido de estabilidade social e segurança jurídica, que sejam estabelecidas relações jurídicas perpétuas, que podem obrigar, sem limitação temporal, outros sujeitos, à mercê do titular. Por tais circunstâncias é que a ordem jurídica estabelece os prazos de prescrição e decadência, que garantem a relativa estabilidade das relações jurídicas na sociedade. Com referência à PRESCRIÇÃO é correto afirmar:

- A) é a perda efetiva de um direito, pelo seu não-exercício no prazo estipulado, somente pode ser relacionada aos direitos potestativos, que exijam uma manifestação judicial;
- B) ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;
- C) a interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra co-devedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados;
- D) é a perda da pretensão de reparação do direito violado, em virtude da inércia do seu titular, no prazo previsto pela lei;
- E) a interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez.

52. Com relação à competência da União:

- I. administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
- II. explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;
- III. elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- IV. vedar relações com Estados estrangeiros e não participar de organizações internacionais.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) I e III;
- B) I, II e III;
- C) II, III e IV;
- D) II e III;
- E) III e IV.

53. No que diz respeito ao Congresso Nacional, é correto afirmar que:

- A) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal;
- B) o Senado Federal compõe-se somente de representantes dos Estados, eleitos segundo o princípio majoritário;
- C) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52 da constituição vigente, dispor sobre todas as matérias de competência da União;
- D) os Ministros de Estado não poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério;
- E) as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas.

54. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. É correto dizer que:

- A) na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada a representação majoritária somente dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa;
- B) às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe convocar os Deputados para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
- C) as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pelo Senado Federal mediante requerimento de um quinto de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores;
- D) cabe às comissões solicitar depoimento exclusivamente das autoridades;
- E) durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

55. Quanto ao processo Legislativo, pode-se afirmar que:

- A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a alguns membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição;
- B) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- C) o processo legislativo compreende a elaboração de: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções;
- D) em caso de relevância e urgência, os Ministros de Estado poderão adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal;
- E) as leis delegadas serão elaboradas pelo Procurador-Geral da República, que deverá solicitar a delegação ao Presidente da República.

56. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em trinta dias a contar de seu recebimento;
- B) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- C) apreciar, para fins de registro, a ilegalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- D) prestar as informações solicitadas pelo Senado Federal por qualquer das Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, institucional, orçamentária e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;
- E) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados, exclusivamente pelos Estados, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres ao Distrito Federal ou ao Município.

57. Ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas na Lei nº 9.279/96. Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar:

- A) a data do depósito;
- B) o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação;
- C) a data da invenção ou criação;
- D) o depósito mais recente das datas da invenção ou criação;
- E) o depósito mais antigo dependendo das datas de invenção ou criação.

58. Ao pedido de registro de marca depositado em país que mantenha acordo com o Brasil ou em organização internacional, que produza efeito de depósito nacional, será assegurado direito de prioridade, nos prazos estabelecidos no acordo, não sendo o depósito invalidado nem prejudicado por fatos ocorridos nesses prazos. A reivindicação da prioridade:

- A) será feita no ato de depósito, podendo ser suplementada dentro de 30 (trinta) dias, por outras prioridades anteriores à data do depósito no Brasil;
- B) tratando-se de prioridade obtida por cessão, o documento correspondente não deverá ser apresentado junto com o próprio documento de prioridade;
- C) será feita no ato de depósito, não podendo ser suplementada por outras prioridades anteriores à data do depósito no Brasil;
- D) será comprovada por documento hábil da origem, contendo o número, a data e a reprodução do pedido ou do registro, acompanhado de tradução simples, cujo teor será de inteira responsabilidade do depositante;
- E) se não efetuada por ocasião do depósito, a comprovação deverá ocorrer em até 2 (dois) meses, contados do depósito, sob pena de perda da prioridade.

59. Para os efeitos da Lei nº 9.610/98, considera-se CONTRAFAÇÃO:

- A) o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;
- B) a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;
- C) a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;
- D) ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;
- E) a reprodução não autorizada.

60. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido:

- A) até dois anos após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a três anos;
- B) por três anos após a criação;
- C) até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos;
- D) por um ano após a criação, exceto se for anual, caso em que esse prazo se elevará a três anos;
- E) até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a três anos.

61. Quanto ao Direito do Autor, é correto dizer que:

- A) o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação;
- B) não depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades;
- C) os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário;
- D) os direitos patrimoniais do autor perduram por sessenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil;
- E) ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o maior inconveniente possível a seu detentor que não será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado, é direito moral do autor.

62. Com relação à Comunicação ao Público:

- I. considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação dos artistas remunerados, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, excluídas a radiodifusão e a exibição cinematográfica;
- II. consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas;
- III. as empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais;
- IV. considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e as assemelhadas musicadas, somente mediante a participação de artistas não remunerados, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) I e II;
- B) III e IV;
- C) II e III;
- D) II e IV;
- E) I e IV.

63. A ampliação e transformação dos direitos fundamentais do homem no evoluir histórico dificultam definir-lhes um conceito sintético e preciso. A Constituição traduziu um desdobramento necessário da concepção de Estado acolhida no art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em:

- A) Estado dos Direitos Fundamentais;
- B) Estado Democrático de Direito;
- C) Estado dos Fundamentos do Direito;
- D) Direito Subjetivo do Estado;
- E) Direito Público do Estado.

64. O art. 5º da Constituição assegura os direitos ali indicados tanto aos brasileiros como aos estrangeiros residentes no país. O princípio é o de que os direitos e garantias assegurados nos incisos do art. 5º se dirigem:

- A) às pessoas jurídicas e não às pessoas físicas, ao indivíduo;
- B) somente às pessoas físicas estrangeiras e às pessoas jurídicas estrangeiras;
- C) às pessoas físicas e não às pessoas jurídicas brasileiras;
- D) somente às pessoas jurídicas brasileiras;
- E) às pessoas físicas, ao indivíduo.

65. O que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII e XIV do art. 5º combinado com os artigos 220 a 224 da Constituição vigente é que a liberdade de comunicação consiste num conjunto de direitos, formas, processos e veículos que possibilitam a coordenação desembaraçada da:

- A) circulação, expressão, manifestação do pensamento e de realização;
- B) criação, transformação, difusão do pensamento e de informação;
- C) circulação, transformação, manifestação do pensamento e de informação;
- D) criação, expressão, manifestação do pensamento e de informação;
- E) circulação, transformação, difusão do pensamento e de realização.

66. A nossa Constituição adota esse sistema complexo que busca realizar o equilíbrio federativo, por meio de uma repartição de competências que se fundamenta na técnica da enumeração dos poderes da União, com poderes remanescentes para os Estados e poderes definidos indicativamente para os Municípios, mas combina, com essa reserva de campos específicos (nem sempre exclusivos, mas apenas privativos) possibilidades de delegação, áreas comuns em que se prevêem atuações paralelas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e setores concorrentes entre União e Estados em que a competência para estabelecer políticas gerais, diretrizes gerais ou normas gerais cabe à União, enquanto se defere aos Estados e até aos Municípios a competência suplementar. Sendo assim, entende-se por COMPETÊNCIA:

- A) faculdade juridicamente atribuída a uma entidade ou a um órgão ou agente do Poder Público para emitir decisões;
- B) modalidade atribuída a um agente do Poder Público para discernir o interesse geral;
- C) técnica constitucional para solucionar problemas concorrentes;
- D) sistema de enumeração exaustiva de poderes para as entidades federativas;
- E) princípio que norteia os interesses rigorosamente nacionais.

67. A hermenêutica jurídica tem por objeto o estudo sistemático das técnicas de interpretação e colmatação da norma. Toda norma precisa ser interpretada para que revele sua significação e a regra que é o seu sentido. Várias técnicas coexistem para auxiliar o aplicador do direito na sua árdua (e, muitas vezes, solitária) tarefa de interpretar, sendo os métodos mais conhecidos os seguintes: literal, lógico, sistemático, histórico, teleológico. O método SISTEMÁTICO consiste:

- A) no exame de cada termo utilizado na norma, isolada ou sintaticamente, de acordo com as regras do vernáculo;
- B) na utilização de raciocínios lógicos (dedutivos ou indutivos) para a análise metódica da norma em toda a sua extensão, desvendando seu sentido e alcance;
- C) na análise da norma partindo da premissa dos seus antecedentes históricos, verificando as circunstâncias fáticas e jurídicas que lhe antecederam, bem como o próprio processo legislativo correspondente;
- D) na análise da norma a partir do ordenamento jurídico de que é parte, relacionando-a com todas as outras com o mesmo objeto, direta ou indiretamente;
- E) na análise da norma tomando como parâmetro a sua finalidade declarada, adaptando-a às novas exigências sociais.

68. ECAD é uma instituição privada, a *priori*, sem fins lucrativos criada pela Lei nº 5.988/73 e mantida pela Lei Federal nº 9.610/98. ECAD significa:

- A) Entidade Centralizada de Arrematação e Direitos;
- B) Escritório Central de Arrecadação e Distribuição;
- C) Escola de Compositores, Autores e Distribuidores;
- D) Escritório de Compositores, Administradores e de Direitos;
- E) Entidade Central de Autores e Distribuidores

69. Por uma ficção jurídica imposta pelo art. 3º, da LICC, ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece. A obrigatoriedade da lei somente surge a partir da publicação oficial. Conforme consta do CAPUT do art. 1º da LICC. "Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país...":

- A) imediatamente, não havendo necessidade que conste expressamente tal fato em seu corpo;
- B) quarenta dias subsequente a sua consumação integral;
- C) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada;
- D) na data da sua publicação, sem que conste expressamente tal fato em seu corpo;
- E) depois de decorridos vinte e cinco dias de sua publicação oficial.

70. Os Estados soberanos do mundo, as organizações internacionais, a Santa Sé e outras entidades congêneres são pessoas jurídicas de direito público externo; assim, o artigo 42 do Código Civil dispõe. O surgimento dos Estados soberanos ou dessas entidades supra-estatais vai decorrer do advento de fatos históricos, como revoluções ou criações constitucionais, ou mesmo pela edição de tratados internacionais. As pessoas jurídicas de direito público interno, por sua vez, nos termos do art. 41 do CC são:

- A) as empresas públicas e privadas;
- B) a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e as empresas públicas, excluídas as autarquias;
- C) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas, as demais entidades de caráter público criadas por lei;
- D) os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as empresas privadas;
- E) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, excluídas as associações públicas, as demais entidades de caráter público criadas por lei.

71. No que se refere à Licitação, é correto afirmar que:

- A) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;
- B) as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, não serão precedidas de licitação;
- C) o procedimento licitatório previsto na Lei nº 8.666/93 caracteriza ato administrativo informal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública;
- D) é permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica;
- E) é permitida a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas.

72. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

- I. no Diário Oficial da União, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;
- II. no Diário Oficial da União, ou do Estado quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;
- III. em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

Dos itens acima mencionados, apenas:

- A) I está correto;
- B) II está correto;
- C) II e III estão corretos;
- D) I e III estão corretas;
- E) I e II estão corretos.

73. São modalidades de licitação:

- A) alienação, dação, permuta, venda, serviço;
- B) concorrência, dação, convite, venda, leilão;
- C) alienação, tomada de preços, permuta, concurso, serviço;
- D) concorrência, dação, permuta, concurso, leilão;
- E) concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão.

74. A licitação é INDISPENSÁVEL quando:

- A) para a aquisição de bens ou serviços, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público;
- B) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade;
- C) para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;
- D) na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;
- E) contratadas com terceiros: as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública.

75. Acerca da inexigibilidade, a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- I. para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- II. para a contratação de serviços técnicos relativos a restauração de obras de arte e bens de valor histórico, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, permitida a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
- III. para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, permitida a preferência de marca, não havendo necessidade de comprovação de exclusividade;
- IV. para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) I e II;
- B) II e III;
- C) I e III;
- D) I e IV;
- E) III e IV.

76. De acordo com a constituição vigente, aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência serão aposentados por invalidez permanente, compulsoriamente e voluntariamente. A aposentadoria compulsória ocorre aos:

- A) sessenta e cinco anos de idade, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público;
- B) setenta anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- C) setenta anos de idade, se homem e sessenta e cinco anos de idade, se mulher;
- D) setenta anos, com proventos integrais;
- E) setenta e cinco anos, com proventos integrais, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público.

77. Considere: "É o lugar onde estabelece residência com ânimo definitivo, convertendo-o, em regra, em centro principal de seus negócios jurídicos ou de sua atividade profissional."

Trata-se do conceito de:

- A) morada;
- B) ocupação habitual;
- C) domicílio;
- D) residência;
- E) habitat.

78. Conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994: "CADE, órgão judicante com jurisdição em todo o território nacional, criado pela Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, passa a se constituir em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal, e atribuições previstas nesta Lei". CADE significa:

- A) Companhia de Acompanhamento de Desenvolvimento Econômico;
- B) Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- C) Companhia de Administração de Defesa Econômica;
- D) Conselho de Acompanhamento de Desenvolvimento Econômico;
- E) Conselho Administrativo de Direito Econômico.

79. À luz da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, julgue os itens que se seguem:

- I. Esta Lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados e dos Territórios.
- II. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.
- III. A Lei de Orçamento consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.
- IV. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) II e IV;
- B) I e III;
- C) I e II;
- D) I e IV;
- E) II e III.

80. À luz da constituição vigente compete privativamente à União legislar sobre:

- A) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- B) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- C) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- D) propaganda comercial;
- E) educação, cultura, ensino e desporto.

DISCURSIVA

Desenvolva os 3 temas abaixo utilizando para cada um, de 15 a no máximo 30 linhas.

1º TEMA (D5)

Elabore um texto dissertativo-argumentativo e apresente suas reflexões a respeito do seguinte tema:

Os ciclos históricos do cinema brasileiro e a relação do Estado com o cinema. Comente, pelo menos, as principais experiências de produção nas décadas de 1940, 1950, 1960, o papel da Embrafilme e alguns dos mecanismos atuais de atuação do poder público na área cinematográfica.

Pontos relevantes a serem abordados:

- a produção nacional se faz através de ciclos regionais até o predomínio norte-americano através da distribuição de sua produção durante a Primeira Guerra; o início da intervenção do Estado na década de 1930, a Cinédia e a Atlântida na década de 1940;
- em 1949, a Vera Cruz buscando um cinema de “expressão cultural” e a qualidade técnica; o cinema moderno independente em 1950 – Nelson Pereira dos Santos;
- o Cinema Novo, em 1960; a Estética da Fome de Glauber Rocha;
- os anos 1970, a pornochanchada, a Boca do Lixo, o surgimento da Embrafilme, em 1969; o sucesso de bilheteria que vai até meados dos anos 1980;
- anos 1990, o cinema da retomada, o Estado atua através das Leis de Incentivo.

2º TEMA (D8)

Na constituição vigente, além das disposições do art. 5º, XXII, que garantem a propriedade como instituição, existem outras que asseguram tipos especiais de propriedade, como a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, art. 222. O autor é titular de direitos morais e de direitos patrimoniais sobre a obra intelectual que produzir.

À luz da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos:

- quais são os direitos morais do autor;
- em caso de morte do autor, a quem é transmitido os seus direitos;
- a quem compete a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público;
- a quem cabe o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual;
- Se o autor pode alienar ou renunciar seus direitos morais.

3º TEMA (D8)

No conflito temporal de leis, deverá ser aplicada a lei nova ou a lei velha às situações cujos efeitos invadirem o âmbito temporal da lei revogadora mais recente? Justifique.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO